

CONDIÇÕES DE TRABALHO E PLANOS DE RECONSTRUÇÃO DE VIDA: O CASO DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS EM AMERICANA/SP¹

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo²
OLIVEIRA, Leandro José de³
NEMOTO, Eliane⁴
ANTIER, Clémentine⁵

Introdução

Este trabalho visa discutir os dados obtidos em diferentes estudos sobre o assentamento Milton Santos, em Americana/SP, realizados ao longo do segundo semestre de 2009 e início de 2010. Estes estudos foram possíveis graças a um programa de estágio nascido da parceria entre ESALQ/USP e a ESA Purpan de Toulouse, na França, bem como apoios da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP. Assim, procurou-se analisar as condições de vida e trabalho dos assentados, assim como suas perspectivas de futuro.

De fato, a intenção foi obter elementos para a reflexão sobre o tipo de apoio universitário que deveria ser fornecido aos agricultores do assentamento em questão. Nesta perspectiva, foi considerada a hipótese segundo a qual assentamentos implantados em região muito urbanizada favorecem práticas pluriativas, nem sempre compatíveis com um cuidado adequado com os cultivos agrícolas, mas permitindo, por outro lado, o desenvolvimento de um leque considerável de formas de comercialização local dos produtos agrícolas.

De outra parte, admitiu-se a hipótese de que a implantação de um assentamento renova os projetos individuais e coletivos de grupos marginalizados da sociedade brasileira, provocando impactos sociais favoráveis e tendendo a valorizar papéis negligenciados da atividade agrícola. A propósito, o fato do assentamento estudado se inscrever na modalidade dos projetos de desenvolvimento sustentável (PDS), no âmbito

¹ Trabalho elaborado para o IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: controvérsias e alternativas de desenvolvimento e realizado no âmbito do Grupo de Estudos e Extensão TERRA (Territórios Rurais e Reforma Agrária), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, ESALQ/USP.

² Professor doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ e do Programa de Pós-Graduação Interunidades (ESALQ-CENA) em Ecologia Aplicada, Universidade de São Paulo.

³ Estudante de engenharia florestal e bolsista do Programa Aprender com Extensão, na ESALQ/USP.

⁴ Estudante de gestão ambiental e bolsista do Programa Aprender com Extensão, na ESALQ/USP.

⁵ Estudante de agronomia AgroParisTech (França) em estágio de estudos graças ao convênio com a ESALQ no âmbito dos acordos BRAFAGRI.

do INCRA, também nos levou a supor que o zelo ambiental constituiria uma preocupação maior dos assentados.

Portanto, todas estas idéias constituíram a base da elaboração de instrumentos de coleta de dados, com os quais foi possível desenhar o perfil do assentado e relacionar suas expectativas com o desempenho de papéis além produtivos da atividade agrícola. Obtidos notadamente junto a 25 famílias assentadas, estes dados foram acrescidos de outros estudos que permitem enriquecer esta elaboração.

Trajetórias de vida em reconstrução

Este trabalho se estrutura em quatro partes que se interpenetram. Trata-se de traçar inicialmente o perfil social das famílias assentadas para, em seguida, discutir as estratégias de obtenção dos meios materiais de vida (considerando o papel da pluriatividade, do auto-consumo e das atividades agrícolas) e também as oportunidades de comercialização. Enfim, procuramos, na conclusão, analisar as perspectivas futuras em relação ao quadro obtido em termos das condições atuais de produção e de vida no assentamento.

Convém inicialmente mencionar que o assentamento Milton Santos se situa parte em Americana e parte em Cosmópolis, portanto nas proximidades de grandes cidades, notadamente Campinas. É fruto da persistência de 68 famílias que enfrentaram, desde 2005, muitas resistências e violências – principalmente, talvez, simbólicas (FERRANTE, 1997; LEES, 2010) – e acabaram sendo instaladas em área de 100 ha (tendo como vizinhos vastos canaviais), cada unidade tendo 1 ha, visto a demarcação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal.

Neste quadro, com os dados referentes a 25 entrevistas realizadas por Valentin Joly (2009), é possível constatar que, em mais de 90% dos casos, as famílias assentadas viviam anteriormente num raio de menos de 20 km do assentamento, principalmente nas cidades de Limeira ou Santa Bárbara. Em todos os casos, são pessoas que moravam em periferias pobres, tendo empregos com baixa remuneração e pouco prestígio. Entre as razões que provocaram a busca de outra solução, pode se destacar o desejo de ser “seu

próprio patrão”, o gosto do trabalho da terra, e a vontade de deixar a cidade por falta de trabalho, por problemas familiares ou por uma intenção de afastar as crianças da insegurança e do banditismo.

Neste levantamento, foi possível calcular que, em 2009, a idade média dos assentados era de 51 anos, a maioria deles sendo pais de família. O modelo familiar mais difundido é aquele nuclear. Nesta situação, 44% dos casais vivem sem crianças, o restante das famílias tendo em seu seio duas ou três crianças, mas podendo chegar até sete. Por outro lado, 16% dos assentados moram sozinhos nos lotes. Em média, cada unidade é ocupada por 3,2 pessoas, o que permite estimar que aproximadamente 220 pessoas vivem no assentamento.

Quanto ao nível de escolarização, 38% dos entrevistados não concluíram a educação básica e apenas 16% alcançaram o ensino médio. Considerando que sistemas de educação conhecem rápida estruturação nos assentamentos (HEREDIA et alii, 2002), no caso estudado, apesar de não contar com uma escola local, um ônibus escolar leva, todos os dias úteis da semana, as crianças para os estabelecimentos públicos de ensino das cidades vizinhas. Os assentados interrogados parecem satisfeitos com esta solução.

No plano das moradias, as famílias constroem suas casas nos próprios lotes. Este quadro revela certa desarmonia em termos de organização coletiva dos assentados e provoca problemas para a instalação de infra-estrutura, como abastecimento de água, tratamento do lixo e esgoto ou fornecimento de eletricidade (em julho de 2009, quinze moradias não contavam com este serviço). Seja como for, as casas, na data da obtenção dos dados, eram construções rudimentares, feitas com materiais recuperados. Porém, com o acesso ao crédito de habitação no final de 2009, a situação tende a melhorar. Obviamente, os assentados, estando em condições de grande precariedade no momento de sua instalação, necessitam do conjunto dos créditos iniciais intermediados pelo INCRA (fomento, habitação e alimentação) para poder contar com um mínimo de conforto e desenvolver suas produções.

Sobre o abastecimento de água, ele é realizado graças à perfuração de poços. Porém, a captação subterrânea não assegura uma boa qualidade d'água: análises mostraram que um destes poços está contaminado com metais pesados e flúor e outro com coliformes fecais. Por outro lado, o riacho que atravessa o assentamento apresenta uma forte poluição orgânica. Neste curso d'água, duas bombas foram instaladas,

acopladas a um sistema de distribuição por gravidade para irrigar a horta comunitária. Porém, algumas análises de qualidade desta água indicam um excesso de contaminantes (CREBASSA, 2009).

Nestas circunstâncias, os assentados se encontram em estado de muita vulnerabilidade em termos de abastecimento de água. Como solução temporária, um caminhão abastece de água reservatórios de algumas famílias e as duas caixas do assentamento, embora a capacidade de armazenamento seja relativamente reduzida. No entanto, a vinda desse caminhão é também irregular. Portanto, entre as diversas dificuldades enfrentadas pelos assentados de Milton Santos, a questão da água é muito grave. Além da água de consumo dos lares, a ausência de irrigação limita muito a produção agrícola, sobretudo, em lotes reduzidos como no assentamento em estudo.

Seja como for, a instalação do assentamento implicou na abertura de quatro pequenas e precárias mercearias, vendendo produtos básicos. Com o asfaltamento da rodovia que liga Americana a Paulínia, que faz a divisa do assentamento, estes pontos de vendas ampliam seus clientes.

Estes empreendimentos revelam possibilidades de trabalho em assentamento com as características do Milton Santos. Convém observar que 11 assentados em 25 interrogados realizam atividades remuneradas externas. É notável que este grupo se considere plenamente como agricultores, mesmo que alguns exerçam uma profissão em todos os dias úteis nas cidades próximas, voltando ao assentamento somente no fim de semana. Na maioria destes casos, o trabalho na cidade, majoritariamente na construção civil, é considerado como um complemento salarial. Como examinado em outras ocasiões, esta pluriatividade favorece, em boa medida, o abandono do estabelecimento agrícola. No próprio assentamento, um agricultor muito criativo (implantou, por exemplo, um sistema de irrigação por aspersão utilizando garrafas plásticas perfuradas) estimava que se ele trabalhasse na cidade teria poucas condições de desenvolver sua produção. De nosso ponto de vista, são as atividades para-agrícolas (aquelas praticadas em estreita vinculação com a produção agrícola) que permitem assegurar uma melhor remuneração ao mesmo tempo em que favorece a dinamização ou uma revitalização do meio rural (LACERDA e MORUZZI MARQUES, 2008; MORUZZI MARQUES e LACERDA, 2009). Seja como for, a localização próxima da cidade favorece também o engajamento militante dos assentados, 33% declarando exercer uma atividade política.

Os aspectos relativamente desfavoráveis para o desenvolvimento das atividades agropecuárias são acrescidos pelo fato de que os assentados não tiveram uma formação voltada à profissionalização na agricultura. Em todo caso, muitos destes agricultores contam com experiências proveitosas: notadamente marcante, convém destacar que 66% dos assentados declaram ter trabalhado no setor agrícola, mesmo que tal trabalho corresponda mais a tarefas pontuais (particularmente o corte da cana-de-açúcar) do que à gestão global de um estabelecimento. É certo que existem fortes lacunas em termos de conhecimento agrícola.

De toda maneira, os dados relativos à renda dos assentados revelam antes de tudo um leque relativamente importante de oportunidades. Em julho de 2009, a principal fonte de remuneração do grupo entrevistado era a venda de produtos alimentares para a CONAB no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal (correspondendo aproximadamente a 55% da renda destas famílias). Este programa, apesar de atrasos no pagamento e preços não tão satisfatórios, permitia o escoamento de todos os alimentos produzidos no assentamento. E aqui vale destacar a diversidade de culturas. Cada lote desenvolve em média sete culturas, podendo chegar a 18 diferentes cultivos vegetais na unidade. Enquanto lavoura principal, a mandioca pode ser encontrada na totalidade dos lotes considerados. A propósito, 61% dos assentados consideram a mandioca como base de sua alimentação e 18% como base de sua renda.

Portanto, o cultivo da mandioca é um pilar essencial do elevado grau de auto-suficiência alimentar das famílias assentadas. No entanto, certos produtos básicos não são obtidos no próprio assentamento, notadamente arroz e óleo, muito consumidos. Para a maioria das famílias, essas despesas representam entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00, mas 15% delas chegam a gastar mais de R\$ 300,00 com a alimentação.

Outro cultivo maior, as bananeiras são encontradas em 77% dos lotes considerados. Porém, apenas 5% dos assentados consideram a banana, que não é comercializada, como base da sua alimentação. Milho e batata-doce estão presentes em aproximadamente metade dos lotes examinados, tendo também muita importância na alimentação das famílias.

Os cultivos comerciais estão centrados em rúcula e alface: 60% dos assentados que cultivam rúcula julgam se tratar da solução mais interessante do ponto de vista econômico. No caso dos produtores de alface, 45% assentados estimam que esta

hortaliça é a mais vantajosa. Convém precisar que, das famílias entrevistadas, 50% cultivam alface e 33% rúcula. O repolho e o almeirão roxo podem ser também lembrados enquanto cultivos importantes, sobretudo por permitirem um longo período de colheita.

Em termos de fontes de proteínas, quatro espécies de leguminosas predominam: o "feijão" comum (*Phaseolus vulgaris*), cultivado por 27% dos entrevistados, as favas (*Phaseolus lunatus*), encontrado no consumo de 12% das famílias, o feijão de corda (*Vigna unguiculata*), apenas 5% destes assentados o cultivam, e o guandu (*Cajanus cajan*), 10% das famílias declaram seu cultivo. Este último – um arbusto pouco requerente em água e muito bom fixador de nitrogênio – proporciona múltiplas vantagens. Apresentando bons rendimentos mesmo em solos muito pobres, pode ser consumido verde ou seco, com um sabor apreciado, mas também tem um papel importante na alimentação animal.

Em termos desta produção animal, observa-se que a prática da pequena criação é generalizada: 83% dos assentados interrogados contando ao menos com uma espécie animal para alimentação. Em média, 1,8 espécies são criadas em cada lote, aquela mais difundida sendo a galinha caipira (em 66% dos lotes), a carne por excelência presente nas mesas dos assentados. A propósito, esta produção depende amplamente da quantidade de biomassa que o animal foi capaz de encontrar no ambiente, muito além dos grãos fornecidos. Estando sujeita assim da atividade biológica geral e da biodiversidade no lote, a produção é geralmente maior na primavera e no verão, quando as populações de insetos e microorganismos são maiores. Esta característica das galinhas permite realçar outro de seus papéis, aquele de regular a pressão de larvas e insetos em torno das casas e em determinadas culturas, um tipo de controle que é potencializado com uma grande variedade de raças. Por outro lado, os principais problemas relacionados a esse sistema de criação ao “ar livre” são a grande exposição das galinhas aos predadores e parasitas e a dificuldade de coleta dos ovos. Para limitar essas dificuldades, a maioria dos assentados constrói abrigos mais ou menos precários, sobretudo destinados à postura das galinhas.

Nas unidades do assentamento, podem igualmente ser encontrados porcos (45%), patos (22%) e vaca (16%). Ademais, animais de tração existem, mas são mais raros (cavalos, em 4 unidades consideradas, e burros, em apenas um lote). Cabe destacar

que o milho produzido no assentamento é preferencialmente utilizado na alimentação animal.

Em termos das características do trabalho agrícola nos estabelecimentos, o tempo médio de labuta gira em torno de 7 horas por dia, com ferramentas muito rudimentares. Trator, moto-cultivador ou tração animal são exceções. De fato, a enxada é o instrumento fundamental de trabalho, associada a outras ferramentas manuais. A prática da irrigação é também rara nos lotes individuais. Apenas 11% dos assentados inventaram algum tipo de sistema de irrigação.

De outra parte, fertilizantes e agrotóxicos são muito pouco usados: 55% dos assentados não incorporam nenhum nutriente ao solo. Em termos de fertilizantes químicos, nenhum assentado declarou sua utilização. Em compensação, alguns poucos agricultores realizam uma compostagem rudimentar, com lixo orgânico e resíduo animal. No caso do controle de pragas, os dados mostram resultados parecidos: 44% dos assentados não usam qualquer sistema de controle.

Em termos da comercialização, o principal meio é aquele da "Doação Simultânea". Em julho de 2009, 82% dos entrevistados vendiam mais de metade da sua produção no âmbito deste programa, vinculado à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujo objetivo consiste em garantir o direito à alimentação de famílias em situação de insegurança alimentar ou nutricional. Ademais, trata-se de um dispositivo com vistas a consolidar a agricultura familiar e o consumo de produtos locais.

Tal programa no assentamento se estrutura com aquisições semanais de alimentos de agricultores familiares assentados que possam oferecer produtos de sua escolha. Cada agricultor pode entregar produtos até um valor de R\$ 3.200,00 por ano. Acordos internos permitem que haja um fornecimento individual maior, compensando as pequenas produções.

Alguns assentados participam do fornecimento de alimentos à Rede de Produção e Consumo Responsável de Piracicaba e região. Trata-se de um modo de comercialização particular, respeitando princípios da economia solidária, da valorização do trabalho humano, da agricultura orgânica e ecológica. Seu objetivo consiste em apoiar a comercialização de produtos oriundos de uma agricultura familiar sustentável e

respeitosa do meio ambiente (MORUZZI MARQUES et alii, 2009). Apesar de representar pequenos volumes, o sistema favorece uma diversificação produtiva, uma reflexão sobre alternativas econômicas solidárias, uma valorização de práticas agrícolas saudáveis e um monitoramento da qualidade dos produtos no âmbito dos apoios técnicos fornecidos aos assentados. O sistema pode ser considerado como um meio instrutivo, que permite ao consumidor situar suas escolhas de consumo em relação a diferentes dimensões da atividade agrícola (SERVAN, 2009)

No que se refere à venda direta, trata-se de um meio de comercialização desenvolvido pelos assentados cujos lotes se situam ao lado da rodovia. Graças a cartazes fixados nas casas, é possível atrair clientes que transitam pela rodovia. No entanto, apenas dois entrevistados realizam tal meio para comercializar seus produtos.

Por outro lado, as ações coletivas no assentamento padecem de poucos êxitos, quando se pensa na cooperação em termos, sobretudo, da produção e comercialização. Assim mesmo é possível destacar algumas poucas iniciativas com resultados relativamente satisfatórios, mas muito aquém das intenções dos principais dirigentes locais. A experiência mais importante consiste na “horta comunitária”, concebida como espaço de produção coletivo no qual cada um desempenharia um determinado papel, com a produção, transformação, comercialização e partilha dos resultados ocorrendo em dimensão comum. No entanto, nesta área coletiva de 1 hectare, 27 assentados, em 2009, cultivavam individualmente suas pequenas parcelas, beneficiando-se de todo modo de uma infra-estrutura de uso comum, notadamente a irrigação.

Se o sistema não se desenvolveu exatamente como previsto, os assentados julgam, apesar dos pesares, este sistema mais eficaz e prático que aquele desenvolvido em seus lotes. Porém, para os assentados, cujo sistema de produção é um pouco mais estruturado (com equipamentos e irrigação), esta solução é considerada menos interessante. Com efeito, a distância percorrida entre os lotes individuais e a área comum de produção constitui o problema central desta avaliação negativa.

Por outro lado, um grupo de 16 famílias se lançou num investimento coletivo audacioso: a aquisição de um trator em comum. As famílias que não pertencem ao grupo em questão podem alugá-lo para, notadamente, preparar o solo antes do plantio. Trata-se talvez da experiência mais exitosa em termos de cooperação na infra-estrutura de produção.

De modo geral, apesar de reconhecerem a importância da cooperação, a ação coletiva é minada por muita desconfiança, notadamente em relação a desequilíbrios ou desproporções na divisão das tarefas. Este tipo de postura não impede os assentados de estimar de maneira positiva projetos coletivos em discussão no assentamento.

Além destas experiências de cooperação no trabalho da produção, o assentamento Milton Santos possui um sistema de participação no processo de decisão de interesse geral. De fato, o assentamento é dividido em sete núcleos com cerca de dez famílias cada um. Coordenados por um assentado eleito pelos pares, os núcleos são subdivididos em setores (saúde, higiene, segurança, produção, educação e cultura), contando cada um com um responsável.

O conjunto destes coordenadores e responsáveis deve se reunir semanalmente com os representantes locais do MST a fim de discutir problemas identificados. Trata-se também de uma ocasião para difundir informações de maneira abrangente. As questões relativas ao INCRA são aquelas mais recorrentes na pauta destas reuniões.

Se esta concepção de organização parece consistente, convém advertir que nem todos os núcleos funcionam tal como o modelo concebido. Assim, responsáveis de setores não são, muitas vezes, designados e, muito freqüentemente, nem todos os núcleos estão representados na reunião semanal. Nestas circunstâncias, as dificuldades de comunicação aumentam e, por conseqüência, muitos assentados se julgam mal informados.

Enfim, a estrutura desta organização sofre de certa distância entre lideranças locais ligadas ao MST e os assentados. Alguns destes últimos estimam que existe certa negligência com o assentamento por parte dos referidos dirigentes, que efetivamente participam de muitas atividades militantes na região. Portanto, esta relação é um tanto tensa, quando não ríspida. A propósito, acusações infundadas, ofensivas ou preconceituosas entre os assentados são freqüentes (GINESTOUS, 2010), o que não favorece em nada uma coesão social, nem tampouco o trabalho coletivo.

Conclusões

A implantação de assentamentos próximos a regiões metropolitanas, como é o caso do Milton Santos, gera uma série de questões que alimentam o debate sobre a reforma agrária. Mesmo contando com pequenos lotes, os assentados dispõem de oportunidades importantes de escoamento de produtos ou de prestação de serviços, permitindo pensar também em termos da gestão pública destes territórios rurais numa perspectiva inclusiva a partir do trabalho na agricultura.

De fato, os assentados entrevistados em nossos estudos consideram que seu nível de vida aumentou substancialmente em relação à sua situação anterior. Esta avaliação diz respeito a quesitos como moradia (que conhece recentemente muitas melhorias), alimentação (julgamento muito positivo), segurança e a vida em geral no assentamento.

Por outro lado, as preocupações em termos das noções de sustentabilidade e do respeito ao meio ambiente são secundárias, visto que a prioridade é produzir tanto e tão rapidamente quanto possível, a fim de alimentar as famílias e obter uma renda considerada minimamente satisfatória. Nesta perspectiva, a infra-estrutura produtiva constitui o principal investimento desejado.

Convém salientar igualmente que os sistemas diversificados e integrados (produções interdependentes) dos lotes correspondem a uma solução bastante adequada para o maior aproveitamento dos recursos disponíveis e para responder a diferentes oportunidades de escoamento dos produtos. Apesar das dificuldades no que se refere à organização, os assentados chegam a abrir portas propícias para uma comercialização com retorno relativamente satisfatório.

Em todo caso, nem todos os assentados se integram nestas possibilidades de produção/comercialização, pois o trabalho externo permanece uma necessidade, vista como temporária, para garantir a sobrevivência da família. O leque de oportunidades aí também é grande, mas o investimento no sistema de produção das parcelas constitui algo desejado pelos assentados, tendo também pertinência em termos de gestão pública da reforma agrária.

Bibliografia

- CREBASSA, Hugo (2010), “Étude de la certification biologique brésilienne en tant qu’alternative pour valoriser la production de l’assentamento Milton Santos”, Relatório final de estágio no âmbito do convênio ESA Purpan Toulouse (FESIA) e ESALQ/USP, Piracicaba/SP.
- FERRANTE, Vera Lúcia Botta (1997), “Assentamentos rurais: estratégias de recusa ao modelo estatal?”, *Raízes*, n° 15, Campina Grande: UFCG.
- GINESTOUS, Laura (2010), “Assentamento Milton Santos, étude d’une réalité précaire”. Relatório final de estágio no âmbito do convênio ESA Purpan Toulouse (FESIA) e ESALQ/USP, Piracicaba/SP.
- HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, R. e LEITE, Sergio (2002), “Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil” *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 1, n° 1, Rio de Janeiro: CPDA, pp, 73-111.
- JOLY, Valetin (2009), “Enjeux et clefs du développement rural: le cas de l’assentamento Milton Santos, dans l’Etat de São Paulo”. Relatório final de estágio no âmbito do convênio ESA Purpan Toulouse (FESIA) e ESALQ/USP, Piracicaba.
- LACERDA, Tatiana Ferreira Nobre e MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2008), “Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da Encosta da Serra Geral em Santa Catarina”. *Ruris*, v. 2, Campinas: UNICAMP, , p. 137-158.
- LEES, Laura (2010), “Les médias au Brésil, des acteurs influents aux fonctions détournées: comment le Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre s’insèrent dans cet environnement médiatique et politique hostile ?”, Relatório final de estágio no âmbito do convênio ESA Purpan Toulouse (FESIA) e ESALQ/USP, Piracicaba.
- MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo e LACERDA, Tatiana Ferreira Nobre (2009), “Agriculture biologique et agriculture familiale au Brésil: pour une inscription territoriale des agriculteurs écologistes“. *Economie Rurale*, v. 313-14, Paris: SFER.
- MORUZZI MARQUES Paulo Eduardo; OLIVEIRA, Leandro J.; CHAHIN, Carla B.; TIENGO, Marina; NEVES, Bruno C.; MILANI, Lucas R. (2009), “Consumo responsável e o apoio a agricultores assentados em Americana/SP“. I

Simpósio “Aprender com Extensão” da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto: USP.

- SERVAN, Matthias (2009), “Milton Santos: bilan et perspectives”. Relatório final de estágio no âmbito do convênio ESA Purpan Toulouse (FESIA) e ESALQ/USP, Piracicaba.